



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — Nº 148

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 5 DE SETEMBRO DE 1961

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Sessões conjuntas convocadas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, atendendo a solicitações formuladas na sessão conjunta de 23 do corrente, com aquiescência do Pleno, resolve alterar o programa estabelecido para a apreciação dos vetos presidenciais pendentes de pronunciamento do Congresso Nacional, na forma abaixo:

- a) cancelar a convocação feita para 25 do mês em curso;
- b) convocar sessão conjunta a realizar-se no dia 25 de setembro próximo, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados com a Ordem do Dia que fora estabelecida para a de 30 do corrente, a saber:
 - 1 — veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.566, de 1960, na Câmara e nº 33, de 1960, no Senado, que equipara a extralumerários-mensalistas da União servidores das ferrovias federais incorporadas à Rede Ferroviária Federal S.A., admitidos até 30 de setembro de 1957 e que contem ou venham a contar 5 anos de exercício;
 - 2 — veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.073, de 1960, na Câmara e nº 99, de 1961, no Senado, que estende aos servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e da Campanha Nacional de Tuberculose os benefícios da Lei número 3.483, de 8 de dezembro de 1958 e dá outras providências;
 - 3 — veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.688, de 1960, na Câmara e nº 95, de 1961, no Senado, que estende os benefícios da Lei número 3.483 de 8 de dezembro de 1958, ao pessoal titulado do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

c) destinar a sessão de 30 do corrente ao prosseguimento do estudo da matéria designada para as de 23, 24, 28 e 29, a saber:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 386, de 1959, na Câmara e nº 58 de 1961 no Senado, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores.

Senado Federal, 24 de agosto de 1961

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente no exercício da Presidência

O Presidente do Senado Federal, em decorrência do art. 79 e para o cumprimento do art. 83, parágrafo único, da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, nos termos e para os fins do art. 13, § 5º, do Regimento Comum do Congresso Nacional, convoca sessão conjunta do Senado e da Câmara dos Deputados, a realizar-se às 15 horas do dia 4 do mês em curso, no Plenário da Câmara, a fim de que o Excelentíssimo Senhor Doutor João Belchior Marques Goulart possa prestar o compromisso constitucional e ser empossado no cargo de Presidente da República.

Senado Federal, em 1º de setembro de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).
 Vice-Presidente: Senador Moura Andrade.
 1º Secretário: Senador Cunha Mello.
 2º Secretário: Senador Gilberto Marinho.
 3º Secretário: Senador Argemiro Figueiredo.
 4º Secretário: Senador Novaes Filho.
 1º Suplente: Senador Alathias Olympio.
 2º Suplente: Senador Guido Mondim.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder: Flinto Müller.

Vice-Líderes: Lima Teixeira e Nogueira da Gama.

Da Minoria

Líder:

Vice-Líderes:

SENADO FEDERAL

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Valladares.
 Vice-Líderes: Gaspar Jacono e Victorino Freire.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Barros de Carvalho.
 Vice-Líderes: Nelson Maculan, Fausto Cabral e Arnaldo Rodrigues.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.
 Vice-Líderes: Rui Palmeira — Daniel Krieger — Heribaldo Vieira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Mem de Sá.
 Vice-Líder: Aloísio de Carvalho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Mendonça Clark.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente.
 Cunha Mello.
 Guido Marinho.
 Argemiro Figueiredo.
 Novaes Filho.
 Alathias Olympio.
 Guido Mondim.
 Reginaldo Fernandes (UDN).
 Secretário: Evandro Mendes Viara.
 Diretor-Geral substituto

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Jefferson de Aguiar, Presidente (PSD).
 Daniel Krieger, Vice-Presidente (UDN).
 Venâncio Igrejas (UDN).

Milton Campos (UDN).
 Heribaldo Vieira (UDN).
 Silvestre Pericles (PSD).
 Ruy Carneiro (PSD).
 Lourival Pontes (PTB).
 Nogueira da Gama (PTB).
 Barros Carvalho (PTB).
 Aloísio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Rui Palmeira (UL).
 2. Pretas Cavalcanti (UDN).
 3. João Arruda (UDN).
 4. João Villasboas (UDN).
 1. Ary Vianna (PSD).
 2. Benedito Valladares (PSD).
 3. Francisco Gaudêncio (PSD).
 1. Lima Teixeira (PL).
 2. Vivaldo Lima (PTB).
 3. Miguel Couto (PTB).
 1. Mem de Sá.
 Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Gaspar Velloso, Presidente (PSD).
 Fausto Cabral, Vice-Presidente (PTB).

Fernandes Távora (UDN).
Sérgio Marinho (UDN).
Dei Carr (UDN).
João Arruda (UDN).
Alô Guimarães (PSD).
Lopes da Silveira (P.D.).
Nogueira da Gama (P.L.).

SUPLENTE

1. Mourão Vieira (UDN).
2. Joaquim Parente (UDN).
3. Irineu Bornhausen (UDN).
4. Ovidio Teixeira (UDN).
1. Eugénio Barros (PSD).
2. Francisco Gallotti (PSD).
1. Lima Teixeira (PTB).
2. Saulo Ramos (PTB).
3. Sebastião Archer (PSD).
- Aloisio de Carvalho (PL).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15.30 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Menezes Pimentel, Presidente (PSD).
Padre Calazans, Vice-Presidente — (UDN).

Jarbas Maranhão (PSD).
Saulo Ramos (PTB).
Arlindo Rodrigues (PTB).
Mem de Sá (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Lino de Mattos (UDN).
1. Lopes da Silveira (PSD).
2. Paulo Fernandes (PSD).
1. Paulo Fender (PTB).
2. Lima Teixeira (P).
1. Aloisio de Carvalho (PL).

Secretaria: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Freitas Cavalcanti — Presidente — UDN.

Ary Vianna — Vice-Presidente — PSD.

Irineu Bornhausen — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Fernandes Távora — UDN.
Dix-Huit Rosado — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Gaspar Veloso — PSD.
Nogueira da Gama — PTB.
Lobão da Silveira — PSD.
Barros Carvalho — PTB.
Victorino Freire — PSD.
Eugénio Barros — PSD.
Mem de Sá — PL.
Fausto Cabral — PTB.
Filinto Müller — PSD.
Saulo Ramos — PTB.

SUPLENTE

1. Milton Campos — UDN.
2. Joaquim Parente — UDN.
3. Ruy Palmeira — UDN.
4. Coimbra Bueno — UDN.
5. João Arruda — UDN.
6. Dei Carr — UDN.
1. Silvestre Pericles — PSD.
2. Ruy Carneiro — PSD.
3. Jarbas Maranhão — PSD.
4. Menezes Pimentel — PSD.
5. Pedro Ludovico — PSD.
6.
1. Vivaldo Lima — PTB.
2. Arlindo Rodrigues — PTB.
3. Paulo Fender — PTB.
4. Lima Teixeira — PTB.
1. Aloisio de Carvalho — PL.

Secretário: Renato de Almeida Chermont — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEFEIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 89,81
Ano Cr\$ 76,91

Exterior

Ano Cr\$ 108,01

— Excetnadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Ruy Carneiro, Vice-Presidente — (PSD).
Lima Teixeira, Presidente (PTB).
Lino de Mattos (UDN).
Venâncio Igrejas (UDN).
Mourão Vieira (UDN).
Menezes Pimentel (PSD).
Miguel Couto (PTB).
Francisco Gallotti (PSD).
Paulo Fender (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
 2. Padre Calazans (UDN).
 3. Heribaldo Vieira (UDN).
 1. Paulo Fernandes (PSD).
 2. Lobão da Silveira (PSD).
 3. Sebastião Archer (PSD).
 1. Barros Carvalho (PTB).
 2. Lourival Fontes (PTB).
 3. Arlindo Rodrigues (PTB).
- Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Redação

TITULARES

Francisco Gallotti, Presidente — (PSD).
Sérgio Marinho, Vice-Presidente — (UDN).
Venâncio Igrejas (UDN).
Ary Vianna (PSD).
Lourival Fontes (PTB).

SUPLENTE

1. Padre Calazans (UDN).
 2. Daniel Krieger (UDN).
 1. Menezes Pimentel (PSD).
 2. Ruy Carneiro (PSD).
 1. Paulo Fender (PTB).
- Secretária: Vera de Alvarenga Matos — Oficial Legislativo.
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas.

Comissão de Relações

Exteriores

TITULARES

Vivaldo Lima, Presidente (PTB).
Ruy Palmeira, Vice-Presidente — (UDN).
Daniel Krieger — (UDN).
Heribaldo Vieira — (UDN).
Benedicto Valadares — (PSD).
Paulo Fernandes — (PSD).
Lourival Fontes — (PTB).
Aloisio de Carvalho — (PL).
Gaspar Veloso — (PSD).

SUPLENTE

1. Milton Campos — (UDN).
 2. Venâncio Igrejas — (UDN).
 3. Freitas Cavalcanti — (UDN).
 1. Menezes Pimentel — (PSD).
 1. Mem de Sá — (PL).
 2. Jefferson de Aguiar — (PSD).
 3. Ary Vianna — (PSD).
 1. Fausto Cabral — (PTB).
 2. Barros Carvalho — (PTB).
- Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Reginaldo Fernandes, Presidente — (UDN).
Alô Guimarães, Vice-Presidente — (PSD).
Fernandes Távora (UDN).
Pedro Ludovico (PSD).
Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
 2. Lopes da Costa (UDN).
 1. Eugénio Barros (PSD).
 2. Jarbas Maranhão (PSD).
 1. Miguel Couto (PTB).
- Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quinta-feira, às 10 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Daniel Krieger — Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente — (PSD).
Joaquim Parente (UDN).
Sebastião Archer (PSD).
Paulo Fender (PTB).
Miguel Couto (PTB).
Aloisio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
 2. Padre Calazans (UDN).
 1. Ruy Carneiro (PSD).
 2. Benedito Valadares (PSD).
 1. Nelson Maculan (PTB).
 2. Fausto Cabral — (PTB).
 1. Mem de Sá (PL).
- Secretaria: Itaina Cruz Alves, Oficial Legislativo.
Reuniões: Sextas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

TITULARES

Jorge Maynard — Presidente (PSF).
Lino de Mattos — Vice-Presidente (UDN).
Coimbra Bueno (UDN).
Victorino Freire (PSD).
Fausto Cabral (PTB).

SUPLENTE

- UDN
 - 1 — Sérgio Marinho
 - 2 — João Arruda.
 - PSD
 - 1 — Jefferson Aguiar
 - 2 — Eugénio Barros
 - 1 — Nelson Maculan
- Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Zacharias de Assumpção, Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão, Vice-Presidente — (PSD).
Sérgio Marinho (UDN).
Jefferson de Aguiar (PSD).
Francisco Gallotti (PSD).
Miguel Couto (PTB).
Arlindo Rodrigues (PTB).

SUPLENTE

1. Fernandes Távora (UDN).
 2. Dix-Huit Rosado (UDN).
 2. Jorge Maynard (PSF).
 2. Nelson Maculan (PTB).
- Secretaria: Julieta Ribeiro dos Santos.
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca

TITULARES

PTB
Nelson Maculan — Presidente (PTB).
Eugénio Barros — Vice-Presidente (PSD).

Ovidio Teixeira (UDN).
Mourão Vieira (UDN).
Alô Guimarães (PSD).
Paulo Fernandes (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).

SUPLENTE

- UDN
 - 1 — Lopes da Costa
 - 2 — Joaquim Parente
 - PSD
 - 1 — Pedro Ludovico
 - 2 — Lobão da Silveira
 - 3 — Francisco Gallotti
 - PTB
 - 1 — Saulo Ramos
 - 2 — Lima Teixeira
- Secretária: Maria de Lourdes Coutinho, Oficial Legislativo.

Comissão Especial Incumbida de Emitir Parecer Sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado Nº 36, de 1953, que Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações

Cunha Mello — (PTB) — Presidente
Menezes Pimentel — (PSD) — Vice-Presidente
Sérgio Marinho — (UDN) — Relator
Jarbas Maranhão
Jorge Maynard
Assessor Legislativo: Dr. Luciano Mesquita
Secretário: João Pires de Oliveira Filho.

ATA DA 152ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 4ª LEGISLATURA, EM 4 DE SETEMBRO DE 1961

PRESIDÊNCIA DO SR. CUNHA MELLO.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Cunha Mello — Vivaldo Lima — Paulo Fenner — Lobão da Silveira — Victorino Freire — Remy Archer — Sebastião Archer — Mendonça Clark — Leonidas Mello — João Mendes — Mathias Olympio — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Menezes Pimentel — Sérgio Marinho — Reginaldo Fernandes — Dix-Huit Rosado — Argemiro de Figueiredo — Salviano Leite — Novais Filho — Jarbas Maranhão — Silvestre Pericles — Lourival Fontes — Jorge Maynard — Heribaldo Vieira — Ovídio Teixeira — Lima Teixeira — Aloysio de Carvalho — Del Caro — Ary Vianina — Paulo Fernandes — Miguel Couto — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Afonso Arinos — Benedito Valladares — Nogueira da Gama — Milton Campos — Moura Andrade — Lino de Mattos — Pedro Ludovico — Coimbra Bueno — Lopes da Costa — Alô Guimarães — Gaspar Velloso — Saulo Ramos — Irineu Bornhausen — Guido Mondin (46).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 46 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede a leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

Mensagem nº 192 (nº de origem 479), de 19 de setembro, do Presidente da República, restituindo autôgrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 1961, sancionado que organiza o Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências.

Aviso nº B-445, de 29 de agosto do Sr. Ministro da Viação, transmitindo informações prestadas pelo Departamento de Obras Contra as Secas, em atenção ao Requerimento número 260, de 1961, do Sr. Senador Argemiro de Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS:

Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Sérgio Marinho.

O SR. SÉRGIO MARINHO:

Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos.

Não há "Ordem do dia".

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão. Designo, para a próxima, a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 5 de setembro de 1961

(Terça-feira)

As 14,30 horas

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1961 (nº 211, de 1959, na Câmara), que isenta dos impostos de importação e do consumo material a ser importado pela Organização Telefonica do Paraná S. A. (O.P.T.P.) recerces favoráveis, sob ns. 513 e 514, de 1961, d. Comissões de Economia e de Finanças.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 14 horas e 50 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENADOR BENEDITO VALLADARES NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, AS 17,40, DO DIA 2 DE SETEMBRO DE 1961, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. BENEDITO VALLADARES:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, meu estado de saúde não me permite proferir um discurso. Vou dizer apenas algumas palavras para esclarecer a situação do meu Partido. Não se se a situação do Partido Social Democrático, e a favor do regime da amentar: sei, porém, que esta de acordo com qualquer sistema de Governo democrático que evite a derramamento do sangue generoso dos brasileiros.

O Presidente João Goulart vem dando prova de tranqüezia e de compreensão nesse sentido. Não seria o Partido Social Democrático que iria seguir orientação diferente, faltando ao compromisso para com a Pátria.

Eu, pessoalmente, venho sendo conquistado para o Parlamentarismo pelo meu prezado amigo, Deputado Raul Pilla. Com a Capital no centro do País, principalmente, julgo que a forma de Governo que convém à nossa Pátria e a Parlamentar, em que o Congresso colabora diretamente com o Executivo, dando maior flexibilidade ao Governo.

Estas poucas palavras são ditas no cumprimento do dever de Líder do Partido Social Democrático nesta Casa do Congresso. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR CAIADO DE CASTRO, NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE AGOSTO DE 1961, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES

O SR. CAIADO DE CASTRO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente Srs. Senadores, as palavras que vou pronunciar são exclusivamente de minha responsabilidade.

Sabe o Senado que não sou dos que têm grande prazer em ocupar a tribuna. Conheço o meu Partido a posição clara e definitiva que adotei na crise que estamos vivendo.

Mas, Sr. Presidente, alguns eleitores dos que me trouxeram a esta Casa interpretaram-me para saber, por que ainda não me fizera ouvir sobre o assunto; pediram-me que me manifestasse sobre o modo como erraram os acontecimentos atuais, dizendo sem rodeios meu pensamento.

Além disso, alguns camaradas, e mesmo, amigos de, campos de bata-

lha, dirigiram-me indagação semelhante.

Nestas condições não vou, propriamente pronunciar um discurso.erei apenas umas notas que escrevi, que dizem do meu ponto de vista da minha conduta no presente. (Muito bem!)

Sr. Presidente, não apelo à ordem, meu respeito à Constituição e meus sentimentos democráticos são bem conhecidos. Foi o tanto praticado desde a mudança, eu os tenho demonstrado em todas as ocasiões e meu longo passado de lutas e sofrimentos a esta desafiando qualquer contestação.

Por outro lado sabem os meus camaradas do Exército, do Senado, sabe a Nação, que jamais recuei ou me omiti no combates que se inclinam para a esquerda para um regime inconstitucional com a dignidade humana, para um regime cujo objetivo é demolir a ordem social e minar os princípios "clássicos de civilização" como disse o Santo Padre Pio XI.

Quando fui surpreendido com a indicação do meu nome para concorrer a uma das vagas de Senador pelo meu Estado da Guanabara na legenda

PTB inicial minha campanha eleitoral, declarando no primeiro comício realizado e mais tarde repetidamente no rádio o que era católico, de formação democrática e intransigente na luta contra o comunismo. E fui além, Sr. Presidente, declarei de modo claro e positivo sem rebuços, com a franqueza que me caracteriza que dispensava os votos dos comunistas e que se deles dependesse minha eleição eu preferia ser derrotado.

De despeito disso — e talvez por isso mesmo — logrei carrear para meu nome uma expressiva e honrosa votação muito superior aos votos de legenda obtidos pelo meu Partido, eu que era modesto soldado e neófito em política partidária.

Quando o ex-Presidente Jânio Quadros iniciou sua marcha para a esquerda fui dos primeiros a criticá-lo, a condenar sua política externa, em desacordo com os sentimentos cristãos do novo brasileiro e com sua tradição democrática.

Quando S. Ex.ª num gesto infeliz e talvez impensado concedeu a Cruz da Ordem do Cruzeiro, colocando a "Cruz de Cristo" no peito de "Che" Guevara protestei imediatamente contra semelhante afronta aos sentimentos de nosso povo, aos brios do Exército justamente na semana de Caxias.

Finalmente, Sr. Presidente, quando meu Partido, à semelhança de outros Partidos, começou a sofrer a penetração de elementos de coloração suspeita, fiz meu protesto e não me cansei de repeti-lo.

Sou coerente em minhas atitudes e, certo ou errado, mercê de Deus, tenho tido coragem moral de afirmá-las e defendê-las.

Reafirmando, ainda uma vez, meu pensamento, devo declarar que não sou dos que apoiaram o procedimento do ex-Presidente Jânio Quadros fugindo à luta abandonando o alto posto, a que foi elevado por esmagadora maioria do eleitorado brasileiro. Reconheço o direito de S. Ex.ª renunciar ao cargo. Não lhe posso dar, porém, meu apoio na forma por que o fez, sacrificando os amigos e provocando a crise que aí está, inquietando ainda mais a Nação e nos conduzindo ninguém sabe para onde. O ex-Presidente Jânio Quadros declarou-se apoiado até o último momento pelas Forças Armadas, por ele elogiadas por ocasião de sua renúncia. Limitou-se a dizer, porém, que forças de reação o levaram a praticar esse ato que a todos surpreendeu e decepcionou. Que forças são essas que o derrotaram? Que forças tão poderosas são essas que anularam o poderio bélico das Forças Armadas do Brasil? Por que S. Ex.ª o ex-Presidente Jânio Quadros não as denunciou ao País? São essas pergun-

tas que tenho feito a mim mesmo e cujas respostas, agora depois de criação do clima de insegurança, intranquilidade, desassossego que atravessamos, não mais nos interessa saber, e também não mais nos podem merecer maior crédito. Que atos praticou, até agora, o Presidente João Goulart que merecesse a desaprobção dos brasileiros que almejam a Ordem e a Democracia, que respeito, dos que reatêm a dignidade humana? Se o Dr. João Goulart está impedido ou incompatibilizado para o exercício do mandato da Presidência da República, porque maninha relações estreitas ou íntimas com o responsável, o idealizador desta política externa como explicar o aquilo que estas mesmas Forças Armadas deram, e o último momento, ao Sr. Jânio Quadros?

Sr. Presidente, desde os dezesseis anos de idade pertencio às Forças Armadas. Minha formação moral foi plasmada na Caserna. Sou, entre os militares do Brasil, aquele que tem o maior tempo de campanha externa ou interna. Não sei — e não é o caso de declarar agora — se procedi bem ou mal. Posso dizer que jamais, em minha carreira, sofri uma simples censura de meus Chefes. Mantenho para os meus descendentes, como pequena herança a lhes deixar, um nome honrado de militar, que depois de fazer todos os cursos do Brasil e até um no exterior, consegui duas promoções por bravura e adquiriu o posto que hoje tem sem jamais pedir a quem quer que fosse uma simples transferência.

Fui promovido por bravura na defesa da legalidade; fui outra vez promovido por bravura na luta constitucionalista de S. Paulo.

Tenho amor à difícil profissão militar. Conheço o meio em que passei a maior parte da minha vida. Conheço e confio no alto patriotismo das Forças Armadas. Nunca houve na História um só exemplo de interesse secundário em seus pronunciamentos. Todos, absolutamente todos, têm sido norteados no alto interesse da Pátria, poderão ser discutidos, porém jamais negados.

E' nessa esperança que se faz certeza, que ainda peço calma, ponderação e que todos, principalmente os Chefes Militares estudem com calma com serenidade a situação geral, antes da decisão final que, certamente, conduzirá nosso País a uma guerra civil, com todo o seu cortejo de sanes, de dor e — quem sabe? — de aplacamento do terreno para a penetração do Comunismo ater e sangüinário.

Se algo existe de tão grave que justifique ou explique a manifestação dos Ministros Militares, os que são responsáveis pela manutenção da ordem e do regime, aqueles que têm compromisso de honra de defesa das instituições que apareçam esses motivos, que sejam denunciados à Nação para que ela não permaneça na ignorância em que se encontra, e não seja levada a acreditar que está sendo traída por grupos interessados em manobras políticas.

Sr. Presidente, quero talvez a última vez que ocupo a tribuna desta Casa, transmitir aos nosso Presidente, Senador Moura Andrade, as minhas entusiásticas felicitações pela forma patriótica, serena e enérgica com que tem S. Ex.ª conduzido as negociações e, sobretudo, defendido o nome do Congresso Nacional.

Trago também o meu apoio ao Marechal Teixeira Lott pelo Manifesto altamente patriótico que S. Ex.ª lançou à Nação e lido há poucos momentos, desta tribuna. O velho Marechal Lott é aquele mesmo que foi meu instrutor na Escola Militar e que agora, no ocaso da vida, está sabendo ser fiel ao que ensinou aos seus jovens alunos, dando uma demonstração de serenidade de calma, de ponderação e, sobretudo, trazendo seus conselhos aos jovens que chegam no sentido de que

respeitem a Constituição, cumpram a palavra de honra empenhada e, sobretudo, evitem para o Brasil a desgraça que se aproxima (*Muito bem. Palmas*).

Sr. Presidente, sou um homem velho e doente, porém permaneço nas minhas inabaláveis convicções. Estou pronto a arriscar a minha vida, a sacrificar os poucos dias que me restam na terra, na luta pela Democracia, na defesa do regime, na peleja contra a implantação, em nossa terra, do Comunismo ateu.

Não sou valente; não gosto de briga. Não corro, porém, Sr. Presidente, "de barulho na folha", como diz o "ter barulho na folha", como diz o sertanejo golano. Sou como São Tomé, quero ver, para crer. Nada, porém me fará mudar, nem as ameaças, nem as demonstrações de forças demonstradoras ridículas como a que presenciarei hoje, no edifício em que residio — sentinelas armadas, armas embaladas. Para quê? Para demonstrar segurança para demonstrar força? Como? se essas sentinelas estão com fuzis descarregados e trazem nas mãos apenas dois pentes de munição? São jovens que poderiam ser meus filhos, filhos de quaisquer dos Srs. Senadores, que a Pátria chamou para a manutenção da ordem e para a defesa das instituições com o sacrifício da própria vida, em caso de necessidade de luta externa, de acordo com nosso juramento de honra. Pois são esses jovens atirados ao sacrifício com um pau furado que não lhes permite nem correr, porque um homem com um fuzil descarregado como eu pessoalmente verifiquei, com apenas dez cartuchos, não pode agir nem reagir nem, contra qualquer ataque pessoal.

Sou contrário a essas demonstrações. Sr. Presidente, coerente comigo mesmo. Estou pronto a cair, a continuar lutando para que seja mantida a Constituição neste País.

Estou certo que os Srs. Senadores mais experimentados do que eu, com tão alto patriotismo como o que me prezo de ter, saberão nesta emergência dignificar ainda uma vez mais esta Casa, dando um exemplo ao Brasil de que os velhos Senadores da República sabem respeitar a Constituição de que os velhos Senadores da República estão dispostos também a cair com o regime, na defesa daquilo que juramos defender! (*Muito bem. Muito bem. Palmas*).

O que não sei, Sr. Presidente, porque não me ensinaram, porque não aprendi, porque meu temperamento não permite, é tomar parte nessas manobras de bastidores em que se negociam possibilidades de acordo de um e de outro.

Sr. Presidente, sinto que a emoção me domina; que meu velho coração entrou em ritmo acelerado e já está falhando. Não devo e não posso continuar, mas antes de terminar reafirmo que prefiro, prefiro mil vezes, cair de pé e legar aos meus descendentes um nome honrado, o nome de um homem que passou a sua vida inteira dedicado ao serviço da Pátria.

Sr. Presidente, sou um velho soldado que, em momento de crise, conseguiu o máximo que se pode conseguir neste País — levar à guerra seu Regimento, o Regimento Sampaio, com duzentos excedentes porque nem um só homem faltou à luta. Nenhum dos meus comandados pediu transferência para unidade vizinha e esse Regimento para unidade vizinha ou faltou ao embarque e esse Regimento jamais deixou de cumprir uma só missão recebida, das autoridades americanas ou brasileiras. Este Regimento plantou no alto de Monte Castelo a Bandeira do Brasil, o estandarte de Sampaio, aquele que ferido três vezes em combate morreu honrando o nome da Infantaria brasileira e, sobretudo, o nome da Pátria, deixando extraordinário exemplo de patriotismo.

Não sei, Senhor Presidente, tomar parte nessas manobras. Estou convencido — e permita Deus que eu

esteja enganado — de que poucas horas nos restam. Consigno, porém, nos Anais, do Senado, para que conste de nossa História, no futuro, que o mesmo homem que entrou para a História, comandando o Regimento Sampaio, no quinto ataque a Monte Castelo, trazendo a maior vitória para o Brasil, agora como Senador, sabe cair com dignidade, defendendo a Constituição e tudo sacrificando pela grandeza da Pátria.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem. Muito bem. Palmas*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR LINO DE MATTOS, NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE AGOSTO DE 1931, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES.

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS

(*Não foi revisto pelo orador*) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, minha palavra, em termos de valor político, é pequena, quase nula, (*Não apoiados*) porque represento uma agremiação partidária modesta, da qual sou o Presidente — o Partido Trabalhista Nacional. Todavia, coube-me, em primeiro lugar, com minha palavra modesta e desprezível, alertar a Nação, sobre a necessidade do respeito à Constituição, dando-se posse ao Vice-Presidente da República, João Goulart.

Menciono essa circunstância de ter sido a minha a primeira voz a se fazer ouvir, não para me envaldecer, mas para assumir responsabilidades.

Sei, Senhor Presidente, que essa atitude causou muita estranheza, entre os que votaram em Jânio Quadros, no Estado de São Paulo, que represento nesta Casa.

Sei que entre nós reina incompreensão porque entendem os meus amigos, os meus correligionários, os meus companheiros de São Paulo e de outras regiões do País, que a mim, por razões diversas cabia o dever de, na reunião do Congresso Nacional, convocada para conhecimento da renúncia do Senhor Jânio Quadros, usar da palavra para lutar, por todas as maneiras possíveis, numa tentativa de convencer o Congresso a não conhecer daquela renúncia.

Ao contrário dessa atitude, ocupei a tribuna para defender a posse do Vice-Presidente João Goulart e, concomitantemente, defender, na pessoa do Marechal Odílio Denys, as Forças Armadas da Nação.

Paradoxo. Todos entendiam que o meu papel era o de defender Jânio Quadros e eu defendia João Goulart.

Mas, Senhor Presidente, não defendendo João Goulart. Para isso, tem Sua Excelência, nesta Casa, illustres, dignos esforçados representantes. Defendia e defendo, isto sim, um princípio — o da legalidade.

Não disse uma palavra sobre o digno e esforçado representante, comportamento de Jânio Quadros. Foi-o de propósito. Cabeça fria, raciocínio calculado.

Afirmou o Presidente Jânio Quadros, na carta que acompanhou o seu pedido de renúncia, que foi vencido pela reação e que deixava o Governo porque forças terríveis levantaram-se contra ele, e o intrigaram e o infamaram, até mesmo entre aqueles que lhe emprestavam colaboração.

Meu raciocínio, Senhor Presidente, frio e calculado, foi o de que, verdadeira a razão de Jânio Quadros ao se confessar vencido pela reação, ao se declarar exotado do Governo, o Senhor João Goulart, Vice-Presidente

da República, eleito no mesmo dia e na mesma hora que Sua Excelência, proclamado e empossado, jamais seria seu sucessor.

Essas forças, ocultas ou visíveis, da reação, que Jânio Quadros afirmou naquele documento — e ontem, ao deixar o Brasil, em viagem para o Exterior, reiterou — não lhe terem permitido continuar no exercício do mandato que lhe foi outorgado por cerca de seis milhões de brasileiros, não permitirão jamais que o seu companheiro de eleição, Presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro, venha a ser Presidente da República.

Também frio foi o meu raciocínio ao elogiar as Forças Armadas, na pessoa do Marechal Odílio Denys. Tive, com esse militar, alguns contatos pessoais antes do pleito eleitoral e convenci-me de que a chefia do Exército brasileiro está entregue a militar ilustre, democrata sincero, cumpridor daquele preceito constitucional do artigo 177 que afirma que se destinam as Forças Armadas à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem.

Sobrevieram os acontecimentos. Devo eu defender agora o comportamento de Jânio Quadros e retirar dos Anais da Casa os elogios que fiz às Forças Armadas, por assim dizer simbolizadas pelo Marechal Odílio Denys ou continuo onde estava, e estou, até este instante? Respondo eu próprio à pergunta: continuo onde estou.

Ao invés do golpe dirigiu-se ao Congresso, por intermédio do Presidente da República, Deputado Ranieri Mazzilli, traduzindo opiniões pessoais sobre a situação resultante da renúncia.

Interpreto o ofício que o Presidente em exercício, Deputado Ranieri Mazzilli enviou ao Congresso Nacional como desejo sincero, honesto, correto, decente, das Forças Armadas de que continue o poder civil nas mãos de civis.

E' a interpretação que dou. Pode estar errada, mas os fatos se encarregam de confirmá-la ou não.

Diz o ofício que "as Forças Armadas manifestam absoluta inconveniência, por motivo de segurança nacional, do regresso ao País do Vice-Presidente João Goulart."

Vamos à análise. A renúncia do Presidente Jânio Quadros, de surpresa, inopinada, inesperada, surpreendeu de fato, a Nação.

E' razoável que as Forças Armadas estejam preocupadas com a segurança nacional porque a renúncia, acompanhada das razões criou um clima de apreensões e de perplexidade. Quem em sã consciência, o pode negar?

Pedem, então, as Forças Armadas não que o Congresso vote o impedimento do Vice-Presidente João Goulart.

Não há um documento dessa natureza, não há declaração oficial de militares responsáveis neste sentido; não há conversa responsável e oficial em que tenham declarado peremptoriamente que o Congresso deve votar o impedimento de João Goulart para, em seguida, reformar a Constituição e eleger outro Presidente da República.

Posso dar meu testemunho à Nação, porque assisti a reuniões diversas, conversei com vários militares — não há esse propósito, não há essa imposição. Há sim, repito, a preocupação com a segurança nacional.

Naturalmente esperam as Forças Armadas que o Congresso, num ambiente de compreensão, raciocínio frio e superior, examine uma fórmula capaz de manter o regime democrático, respeitando os princípios cons-

titucionais. Então, o Sr. João Goulart regressará ao Brasil e investirá-se-á, perante o Congresso Nacional, nas altas funções de Presidente da República que lhe cabe, por força desses preceitos constitucionais.

Há, Sr. Presidente, pescadores de águas turvas. Há políticos derrotados, vencidos, fora do Poder, que se querem prevalecer deste momento de agitação e de incompreensão nacional, para galgarem-no, através de boatos, de ameaças e de intrigas! Esta é que é a grande verdade.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com todo prazer.

O Sr. Lobão da Silveira — Oigo com a atenção que merece a exposição de V. Ex. a respeito da delicada situação que atravessamos. Disse V. Ex. há pouco, que se procura uma solução legal para resolver a crise que no momento o Brasil atravessa. Parece-me que essa solução legal já existe. Assumiu a Presidência da República, na ausência do Sr. Vice-Presidente, eleito, o Presidente da Câmara dos Deputados, como determina a Constituição Federal. Nada mais resta fazer, senão vir o Sr. João Goulart assumir suas funções de Presidente eleito do Brasil.

O SR. LINO DE MATTOS — Foi, nobre Senador Lobão da Silveira, o ponto de vista que defendi e que defendo. Entretanto, essa agitação que traz a insegurança nacional, de que falam os Srs. Ministros Militares, aliada a esses pescadores de águas turvas e a esses políticos que pretendem usar desse momento para galgar o Poder, nos aconselham a meditar.

Dai Sr. Presidente, o pedido, não para o impedimento do Sr. João Goulart, mas para que S. Ex. aguarde, no Exterior, um pouco mais a fim de que nós Congressistas, e não as Forças Armadas encontremos a solução.

Desconheço, na nossa história política Presidente da República que se tenha revestido de maior autoridade do que o Sr. Jânio Quadros. Exercia ele, no regime presidencialista, o Executivo, na sua plenitude. No entanto, sete meses de governo o afastaram da chefia do Executivo presidencialismo. Algo está errado.

A experiência de Jânio Quadros somada à de tantos outros presidentes que exerceram o presidencialismo prestigiado, mostra a Nação ser imperiosa, uma reformulação, respeitando os princípios constitucionais, respeitada a democracia, respeitada a representação popular. Estou hoje honrado de que, se a Comissão Mista ontem nomeada pelo Presidente Avro de Moura Andrade para o exame da situação, chegar à conclusão de que através do parlamentarismo, a Nação saíra da crise, a medida será adotada.

João Goulart regressará ao Brasil e será empossado. A primeira vista parece ter havido uma reviravolta em minha orientação porque...

O Sr. Lobão da Silveira — Não houve reviravolta. Faltou a sequência natural dos fatos.

O SR. LINO DE MATTOS — Ainda ontem, nos discursos, pronunciava eu pura e simplesmente a "Constituição como ela está?"

Diz V. Ex. nobre Senador Lobão da Silveira que não foi uma reviravolta.

O Sr. Lobão da Silveira — Ligo que não houve. Foi uma sequência natural.

O SR. LINO DE MATTOS — Faço aqui o político carregado já de 58 anos de idade bem vividos, o parlamentar com várias legislaturas já passadas, que outra preocupação não tem tido, nestas últimas horas incógnitas, do que colaborar modestamente, na medida do possível para a solução democrática do problema cria-

do. Preocupação do homem que, tendo rendido homenagens de justiça aos militares, não quer acreditar que esses integrantes das Forças Armadas não as mereçam.

Trago bem presente, no meu espírito, aquelas observações do Marechal Odylio Denys feitas há dois anos, em sua residência, de que o Brasil não é mais uma república de quinta ordem, onde predominam as aquarteladas e onde militares exercem, verdadeiramente, domínio sobre a opinião pública e sobre os poderes da República.

"Esta é uma Nação, — dizia-me S. Ex.^a — amadurecida para o regime democrático. Continue, Senador, com a campanha do seu candidato, porque, seja quem for, o eleito será empossado e governará este País. As Forças Armadas cumprirão o seu dever preceituado na Constituição", foi o conselho que ouvi do bravo soldado.

Dir-se-á que tal não está acontecendo, porque vem dos militares esta pressão.

Mas, Sr. Presidente, estes militares merecem a abertura de um crédito. Em 1930, deposto Washington Luiz, o Triunvirato militar, senhor do Poder — conforme recentemente recordava, em aparte o nobre Senador Vivaldo Lima, se não me falha a memória, — passava o Poder às mãos de um civil, na pessoa do Sr. Getúlio Vargas. Esses mesmos militares, em 29 de outubro de 1945, vitoriosos poderiam manter-se no Poder; no entanto, entregaram-no a um Magistrado. Assim vem sendo sucessivamente: a preocupação tem sido a de manter o Poder nas mãos dos seus legítimos titulares, que somos nós, os civis, no exercício de mandatos populares.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Pois não.

O Sr. Lobão da Silveira — Na oportunidade a que V. Ex.^a se refere, havíamos saído de uma revolução. Agora não há revolução; estamos em pleno e legítimo exercício constitucional!

O SR. LINO DE MATTOS — De pleno acordo; mas o que dizem, através do Presidente Ranieri Mazzilli, os três Chefes Militares, responsáveis pelas Pastas respectivas? — Que há ambiente de insegurança nacional. Por que ambiente de insegurança nacional? Resultante de que situação? Por que o Presidente Jânio Quadros não conseguiu, no regime presidencialista, com todos os Poderes nas mãos, ir ao término do seu Governo e o deixou? Acredito que o regime presidencialista havia arrastado o Poder Legislativo, o Congresso da República, à incompreensão nacional!

Somos vistos, pelo povo, como os mais inúteis dos homens públicos desta terra. Resultado do regime presidencialista? Não sei se porque executaram mal, ou porque realmente ele é mau. A verdade é que as queixas contra o Congresso Nacional surgiram no próprio seio do Executivo, no próprio Palácio Presidencial da República, consoante depoimento que ainda hoje prestou, a esta Casa, o nobre Senador Victorino Freire.

Sr. Presidente, é o que desejo explicar aos numerosos amigos companheiros de lutas que tenho em São Paulo e em várias regiões do País. Estou convencido de que o Presidente Jânio Quadros não sofreu a pressão terrível, capaz de forçá-lo a abandonar o Governo. Homem embaído de autoridades, quis exercer o presidencialismo na sua plenitude! Sentiu-se impossibilitado, deixou o Poder. Interpretou, baseado em informações, nem todas seguras, nem todas exatas, que certos acontecimen-

tos insavam exercer pressão contra o seu Governo.

Este o meu pressuposto. Voltarei a esta tribuna se os fatos me desmentirem.

O Sr. Lobão da Silveira — Quero dar meu aparte nesta oportunidade, quando V. Ex.^a se refere ao Sr. Jânio Quadros. S. Ex.^a afirmou, ao assumir a Presidência da República, que cumpriria seu mandato até o fim, e que só morto sairia do Governo. E por que não o fez? Cobia a S. Ex.^a defender o seu mandato, a fim de que a Nação ficasse sabendo quais as forças reacionárias que o pressionavam; deveria lutar até o fim, defendendo seu mandato, o mandato que seis milhões de brasileiros lhe conferiram e que nele confiavam.

O SR. LINO DE MATTOS — Nobre Senador Lobão da Silveira, não posso responder a V. Ex.^a. Fico triste, profundamente triste, porque comeci este discurso afirmando que ainda não chegou o momento de examinar, como companheiro e amigo do Sr. Jânio Quadros, o seu comportamento. Falo-lhe. Tenho certeza de que, um dia, se esclarecerão os acontecimentos. É possível que o nobre Senador Lobão da Silveira tenha razão. É certo, quase, que já a tem.

O Sr. Lobão da Silveira — Pelos menos é uma verdade.

O SR. LINO DE MATTOS — Mas neste instante quero apenas lutar, como todos estamos lutando, pela preservação do regime, sem ferir-lo como o feríamos negando a posse ao Vice-Presidente João Goulart.

Verificada a dificuldade resultante do regime presidencialista, vamos substituí-lo, aproveitando a situação criada pela renúncia do Sr. Jânio Quadros, mas prestigiando o Congresso e levando ao povo a certeza de que esta solução é a que melhor convém aos destinos da Pátria.

O Sr. Saulo Ramos — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com prazer.

O Sr. Saulo Ramos — Desejo manifestar minha solidariedade ao discurso de V. Ex.^a. Devemos, realmente, antes de tudo, preservar o regime. Mas, o País, neste momento, pela informação que acaba de nos chegar, não está sob o regime da lei, porque o Presidente Mazzilli acaba de renunciar.

O SR. LINO DE MATTOS — Recebi, também, Sr. Presidente, em bilhete encaminhado a esta tribuna, a informação de que o Deputado Ranieri Mazzilli, Presidente da República por força de dispositivo constitucional, acaba de renunciar.

Não conheço as razões e os pormenores de sua atitude. É possível que logo mais ainda, de acordo com o Art. 79, parágrafo único, o Senador Moura Andrade assumirá a Presidência da República...

O Sr. Vivaldo Lima — Nos termos da Constituição, há de assumi-la.

O SR. LINO DE MATTOS — ... e o Congresso continuará de pé, lutando pela sobrevivência do Regime.

O Sr. Vivaldo Lima — O Regime Parlamentarista resolverá tudo!

O SR. LINO DE MATTOS — É possível, também, Sr. Presidente, que isso não aconteça, e que tenha sido eu o último orador deste Congresso Nacional a usar a palavra, porque, logo mais, ao descer as escadarias desta Casa, poderemos encontrar metralhadoras e tanques nos esperando.

Vamos repetir o exemplo de Antônio Carlos de Andrade, prestando continência a S. Ex.^as os tanques e

metralhadoras. Mas sou teimoso, tremendamente teimoso!... Não quero acreditar ...

O Sr. Vivaldo Lima — E ao fecharem o Congresso, deverão afixar um placar com a seguinte legenda: "Fechado por motivo de balanço da ordem democrática!"

O SR. LINO DE MATTOS — Que se afixasse o placar lembrado pelo nobre Senador Vivaldo Lima, mas, sim, com as seguintes palavras: "Fechado, mas os Senadores e Deputados saíram de cabeça erguida, de pé procurando, por todas as maneiras, possíveis, a fórmula digna, ativa, pela qual o Vice-Presidente da República, Senhor João Goulart, fosse empossado e respeitada a Constituição".

Que não se diga, que não se registre na História a capitulação de um único Parlamentar; que não se tomem as nossas palavras como recuo. Não recuamos; apenas analisamos uma solução simples e pura, dentro do ponto de vista fundamental, que garanta a posse do Vice-Presidente da República.

Não acredito, Senhor Presidente, que o Deputado Ranieri Mazzilli tenha renunciado à Presidência da República. Estou certo de que são boatos à semelhança de tantos outros que espalharam por aí. Referia-me a ele, quando recebi o bilhete, apenas para fixar bem na nossa consciência o que eu ainda há pouco dizia: pescadores de águas turvas, políticos vencidos, derrotados e esmagados pela opinião pública, prevalecem-se da situação para galgar o Poder através de exploração do brio, da honra e da dignidade das Forças Armadas de nossa Pátria!

Mas confio nelas. Permita-me a Divina Providência que não seja obrigado, um dia, a retirar dos "Anais" desta Casa os elogios que julguei merecidos e fiz ao Marechal Odylio Denys, com o propósito de homenagear a todas as Forças Armadas da minha Pátria.

Continuo confiante. Aceito — e mais por isto estou na tribuna como solução, a fórmula parlamentarista. Mas o ideal, a solução que não irá deslustrar a honra, que não irá trazer a incompreensão à consciência nacional e internacional, é aquela que estamos preconizando desde o primeiro instante — a posse, pura e simples, do Vice-Presidente da República, (Muito bem) conforme manda o art. 79, da Constituição.

Não estou me rendendo, Sr. Presidente, à imposição das Forças Armadas, porém me submetendo, por antecipação, à vontade do Congresso Nacional. A Comissão constituída ontem pelo Congresso é soberana para essa deliberação e o Congresso dirá, em plenário, na votação, a última palavra. A essa vontade do Parlamento é que me vou submeter.

Não quero que minhas palavras tenham interpretações diversas. Quando digo que as Forças Armadas pediram ou aconselharam tais providências, eu as interpreto no bom sentido, no sentido realmente da ordem pública, no sentido realmente de dar ao Congresso tempo para meditar. Mas se este Congresso, depois de meditar, concluir por que nada há a modificar, o que se deve fazer é pura e simplesmente empossar João Goulart. Estou com o Congresso, para aceitar o que vier.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex.^a um aparte? Foi constituída, ontem à noite, uma Comissão para proclamar a Mensagem em que o Governo expõe a situação em que se encontra ante o movimento tendente a evitar regresso ao País o Vice-Presidente da República, no momento Presidente, por força de sucessão natural. Essa Comissão não irá, apenas

procurar uma solução, dentro da Constituição, modificando o regime. Ela irá examinar justamente o ponto nevrálgico da Mensagem, aquele que fala na inconveniência do retorno do regresso de João Goulart ao Brasil, por motivo de interesse de segurança nacional. Para mim, esse o ponto capital a ser examinado pela Comissão, a fim de que o Congresso possa aceitar a solução do parlamentarismo ou mesmo ainda o próprio impedimento do Presidente João Goulart. O Congresso aí agirá como tribunal. Se realmente os motivos que levam as Forças Armadas a não permitirem que o Vice-Presidente da República venha do estrangeiro e aporte ao solo pátrio, para investir-se nas altas funções de Presidente da República, são tão profundos e tão graves, o próprio Congresso, considerando-os, tomará a atitude que sua alta soberania ditar. Mas se nada for apurado no sentido de que a segurança esteja tão seriamente afetada, então o Parlamento, ainda de acordo com as suas atribuições constitucionais poderá, através de emenda, modificar o regime para se encontrar uma solução honrosa para tal conjuntura nacional. Eram as pequenas considerações que desejava fazer, agradecendo a V. Ex.^a a gentileza de me ter concedido o aparte.

O SR. LINO DE MATTOS — Se bem entendi, V. Ex.^a atribui à Comissão Especial poderes até mesmo para impedir o Vice-Presidente João Goulart de empossar-se.

O Sr. Vivaldo Lima — Para propor ou sugerir o impedimento ao Plenário do Congresso.

O SR. LINO DE MATTOS — Proponho o impedimento de eleger outro Presidente da República. Esse é o ponto com que nós, de modo algum, concordaremos.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Ex.^a mais um aparte, impertinente, mas necessário?

O SR. LINO DE MATTOS — Com muito prazer.

O Sr. Lobão da Silveira — Fundamentalmente, a questão está clara e posta nos devidos termos. Nos Senadores, Deputados, bem como os Militares das Forças Armadas, prometemos e juramos respeitar e cumprir a Constituição e as leis do País. Nada mais claro. Cumpramos, pois, e executemos a Constituição. Nada mais nos resta a fazer. Não há outra interpretação.

O SR. LINO DE MATTOS — Leia V. Ex.^a meus discursos anteriores ou os ouça nas gravações e irá encontrar exatamente esse pensamento.

O Sr. Lobão da Silveira — Deve ser o pensamento de todos. A verdade é esta.

O SR. LINO DE MATTOS — Como afirmei em várias oportunidades, o pivô da crise é o Senhor João Goulart, e formulei aos ilustres representantes da Bancada trabalhista nesta Casa, reiteradamente, a pergunta impertinente: Onde se encontra o Senhor João Goulart? Por que Sua Excelência não toma um avião e desce ao Brasil, para empossar-se Presidente da República, ou para ser prisioneiro e ir para a cadeia?

O Sr. Lobão da Silveira — Muito bem! De acordo com V. Ex.^a

O SR. LINO DE MATTOS — Agora me vem a resposta a essa interpretação impertinente — o próprio Vice-Presidente João Goulart está de acordo em que se busque uma fórmula para garantir a ordem pública no País e concorda em permanecer no exterior, até que o Congresso encontre a solução.

Sabe a Nação que o Sr. João Goulart não pertence ao meu Partido nem foi meu companheiro de luta,

nas eleições passadas. Mandou dizer a seus companheiros que aceita a forma parlamentarista como solução para o impasse criado.

Ora se o Sr. João Goulart que é o caso diretamente interessado, porque ele é o eleito Vice-Presidente da República, aceita a fórmula parlamentarista, por que você eu ficar aqui com o D. Quixote, esperando para combater esta luta pelo respeito integral ao preceito da Constituição? É que o regime permaneceu e o sistema o funciona, o Presidente que escolheu duas vezes se empenhou, não se encaixou honesta e sinceramente a fórmula? Aceito-a, não, não. Quero ser honesto e declarar à Nação que a fórmula parlamentarista, é magnífica porque coloca os destinos deste País ao Parlamento, aos verdadeiros, aos legítimos representantes do povo.

Este tão incompreendido, tão acusado, tão xingado Parlamento, este Poder que não tem armas, quando aplica medidas que interessam a todos, os merece primeiras páginas com destaque nos noticiários. Quando cobra, porém a sua vez de resolver os seus problemas, as suas dificuldades — porque também somos seres humanos, que tem problemas e dificuldades — nesta hora recebe censura.

Este Poder precisa ser melhor compreendido. Todos aqui — excluam-se por modestia — são homens que trabalham, são homens que se dedicam. Entretanto, fazem em torno do nosso comportamento as mais incompreensíveis e absurdas explorações! Esquecem-se de que somos não exclusivamente legisladores, mas também políticos; esquecem-se de que, quando vamos à nossa terra, as autoridades de todos os Municípios e os nossos amigos reclamam nossa ausência. Não sabem os que nos censuram que precisamos dividir o nosso tempo, dedicando uma parte ao Legislativo e outra aos interesses administrativos que não são nossos, no que daqueles que para aqui nos enviaram, dos Quadros que nós representamos.

O Sr. Lobão Silveira — Muito bem.

O Sr. Vivaldo Lima — Exatamente!

O SR. LINO DE MATTOS — Por isso, Sr. Presidente, quero afirmar que acho a solução esplêndida. Vamos prestigiar o Congresso Nacional; vamos empossar o Sr. João Goulart na Presidência da República, dentro do parlamentarismo, para que S. Ex.^a administre esta Nação vigiada, diretamente fiscalizado pelo Parlamento, através dos elementos que indicar.

Creio, Sr. Presidente, e estou esperançoso de que não voltarei à tribuna para reiterar aqueles merecidos elogios.

Ao contrário da descrença deste bravo, deste valente, deste destemido Marechal Caiado de Castro, não acredito que seja esta a última vez que S. Ex.^a usará da palavra no Senado da República. Outras oportunidades teremos ainda de ouvir-lhe a voz da experiência, voz de um bravo que conheço de muitos e muitos anos, que encontrei em campo de batalha, de um oficial superior das nossas Forças Armadas, promovido duas vezes por bravura e todas as demais porque o merecia.

Esteja certo, Senador Caiado de Castro, de que ainda teremos o prazer de ouvi-lo aqui, como também

aos outros colegas. O Congresso continuará funcionando, e o Chefe do seu Partido, o Sr. João Goulart, será empossado!

O Sr. Caiado de Castro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LINO DE MATTOS — Com todo prazer.

O Sr. Caiado de Castro — Fico muito grato e sensibilizado com as palavras de V. Ex.^a. Meus votos são, evidentemente, no sentido de que possam ter confirmação as palavras de V. Ex.^a, e que nós não sejamos obrigados, tanto V. Ex.^a quanto eu, a retirar os elogios feitos ao Marechal Odylio Denys. Sou amigo dedicado do Marechal Odylio Denys, há mais de 40 anos. Mas não sei, nobre Senador Lino de Mattos, como poderíamos nós, chefes militares, inculir nos nossos comandos, nos nossos filhos, nos nossos netos, nos que são chamados a servir ao País, o sofrimento de honra e de amor à Pátria o respeito às autoridades, às instituições e à palavra empenhada de os acontecimentos chegarem ao ponto para que infelizmente estão se encaminhando, agradecendo mais uma vez a V. Ex.^a, confirmo que de fato, tive duas promoções por bravura: uma, quando jovem, ainda tenente, lutando na defesa da ordem constitucional, no Estado de São Paulo numa situação difícil e que poucos companheiros tiveram força de ânimo para sustentar. A segunda vez, nobre Senador Lino de Mattos, ainda, por uma extraordinária coincidência, nessa terra querida de São Paulo, onde nascera os meus antepassados, onde constitui família e onde também nasceu minha filha. Excluído do Exército pelo crime art. 177 da Constituição ... pelo crime de ser constitucionista ...

O SR. LINO DE MATTOS — Art. 175.

O Sr. Caiado de Castro — ... por lutar ao lado dos paulistas, para que o Brasil retomasse a ordem constitucional, a generosidade do destino proporcionou-me a grande honra de ser promovido em São Paulo, por ato de bravura na defesa da Constituição, na defesa dos princípios que eu considerava mais nobres e elevados. Assisti — e também V. Ex.^a — àquela magnífica demonstração de patriotismo e de bravura do povo paulista. Não consta dos meus assentamentos essa promoção, porque aquele tempo, como disse, estava excluído do Exército; eu era um simples soldado da Revolução, mas está no meu coração e consignado nos assentamentos do Exército Revolucionário, e consta de todos os jornais da época, a distinção que recebi do Comandante das Forças Constitucionistas. Gostaria, nobre Senador Lino de Mattos, de acreditar, de ter a mesma confiança de V. Ex.^a em que permaneceremos na ordem constitucional, no respeito à legalidade e às instituições. Quereria, sobretudo, um mínimo de certeza de que o Brasil não é capaz para a guerra civil, para esse cortejo de sangue e de dor, com todo esse cortejo de sangue e de miséria. Somentes os que lutaram de armas na mão, como S. Ex.^a e eu, sabemos o que se sente ao ver os companheiros tombarem mortos. Recordo-me, ainda, vividamente, de quando, perdido na Serra dos Cabritos, na Mantiqueira, eu e dezenas de jovens paulistas, defendíamos a Constituição de São Paulo. Eram jovens voluntários, inexperientes, que se ofereciam para lutar sem sequer saber pegar num fuzil. São os sentimentos que me ficaram dessa luta nos sertões de Goiás, Mato Grosso, Bahia e São Paulo, e das batalhas na Itália e o que me dói, é o receio de que esses homens, esses chefes das nossas Forças Armadas, responsáveis pela ordem em nosso País, nos conduzam por esse caminho, por simples vaidade

pessoal ou por haverem sido derrotados nas urnas populares, nas urnas democráticas.

Quem nos assegurará nobre Senador Lino de Mattos, que, deflagrada a guerra civil, o Brasil continuará unido, não será desmembrado, não será presa dos comunistas? A V. Ex.^a, agora, pergunto como militar: Onde está a força do Exército do Rio Grande do Sul para vir combater máis ao Norte. Onde está a força bélica do Brasil, que permite a intervenção em vários Estados, ao mesmo tempo? Esitados? Onde, se em São Paulo, quando o Brasil inteiro o combatia, sustentamos a luta durante três meses; uma luta dura, cruel, pois não tínhamos munição suficiente. Como poderemos agora, essas que se dizem representantes das Forças Armadas — que, no momento, estou convencido, não o são, a não ser ostensivamente — e com que contam eles para dominar o que já se esboça no Brasil inteiro? Acredito, nobre Senador Lino de Mattos, que Deus iluminará esses homens inclinados a aceitar solução que V. Ex.^a apresenta, solução nobre, elevada, que permite a todos saírem com dignidade. Se tal não acontecer, eu conto — como confiei nos tempos da minha mocidade — no valor do povo paulista, na bravura dos homens de Monte Castelo, Castelnovo e Montese; na bravura dos jovens das gerações atuais.

Digo, os descendentes daquelas gerações que nos acompanharam na luta de 1932. Não acredito que esse povo aceite, mais uma vez, que um grupo de militares desviados imponha a Nação sua vontade. Quando muito, jovens ao estudar as campanhas napoleônicas, aprendi que se devia marchar sempre, na direção do troar dos canhões. Quando Napoleão, com a ideia preconcebida, determinou a perseguição indireta aos Exércitos de Blücher, por vencido se retirava, assistimos a modificação da sorte do mundo. Grönchy cumpria ordens; Grönchy, soldado valente, seguia a rota determinada pelo seu Chefe. Não teve iniciativa; não soube raciocionar de acordo com a situação.

Quando Blücher ouviu novamente o troar dos canhões, desviou a direção de marcha; constatou que ainda se lutava e retornou aos campos de batalha, marchando na direção do troar dos canhões. Um Exército vencido suspende a retirada; volta ao campo de batalha e se torna o grande artífice da vitória de Wellington, da Inglaterra. Perdoe-me V. Ex.^a. Quero, mais uma vez, manifestar minha esperança. V. Ex.^a político muito mais experimentado do que eu, esteja certo de que deposito minha confiança, já agora não mais nos chefes militares, mas nos componentes daquelas gloriosas Forças Armadas. Deposito minha esperança, minha confiança na mocidade do Brasil, sobretudo, na de São Paulo que conheço bem porque fui educado naquele Estado, e cuja mocidade conduzi ao campo de batalha. Com ela lutei em situações difíceis; necessitava-se, para transportar um ferido, de dez homens porque não disúnhamos para a evacuação de feridos; os mortos não subiam ao pico dos Cabritos, nem para levar munições. Depois, neste momento, confiança no Brasil e em São Paulo Continuo, porém, muito apreensivo, nobre Senador Lino de Mattos. Continuo na certeza de que esta é a nossa última reunião. Permita Deus que, ainda uma vez esteja eu enganado.

Faço votos sinceros, ardentes para que a mocidade de hoje também saiba marchar na direção do troar dos canhões da democracia; que saiba marchar contra aqueles que na aparência são os mais fortes, contra aqueles que defendem a força nas mãos, procuram utilizar-se das armas que lhe foram confiadas e quebram a palavra de honra empenhada. Perdoe-me V. Ex.^a.

O SR. LINO DE MATTOS — Somos irmãos nos ideais e nas lutas.

O SR. PRESIDENTE:

(Fazendo soar os timpanos) — Lembra ao nobre Senador Lino de Mattos, que faltam apenas cinco minutos para o término da sessão.

O SR. LINO DE MATTOS — Perdoem-me os nobres Senadores que ainda permanecem na Casa, oferecendo-me o conforto de sua audiência generosa — que me esteja alongando tanto. São os apartes oportunos que me levam a esta situação.

De minha parte, Sr. Presidente, gostaria de encerrar. Entretanto, sinto que o nobre Senador Vivaldo Lima, que já me solicitou um aparte, deseje que a sessão se prorrogue. Continuarei, quando nada seja, para proporcionar ao eminente colega, representante do Amazonas, o aparte que quer me oferecer.

Mas, dizia eu ao Marechal, meu eminente colega, Senador Caiado de Castro, que somos irmãos de ideais e de luta. De ideais, porque ambos apeçados, apaixonadamente, ao regime democrático. Lutaremos por ele, batilharemos por ele.

Quero ser fiel ao meu pensamento inicial, e o alongado do meu discurso da margem a confusão: minha luta é pelo respeito à Constituição, conforme ela se encontra em vigor, porque, esse respeito provará à Nação, que o Sr. Jânio Quadros renunciou premido por forças terríveis que não lhe permitiram continuar; respeito aos termos exatos. E sem a posse do Sr. João Goulart, prova-se à Nação que Jânio Quadros disse a verdade, "foi enxotado do Governo", e foi embora para o Exterior.

O Sr. Vivaldo Lima — Foi mandado embora.

O SR. LINO DE MATTOS — A semelhança do acontecido a Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, e, posteriormente, em 24 de agosto, em que foi enxotado pelo mesmo Poder e depois forçado ao ato extremo.

O SR. VIVALDO LIMA:

(Pela ordem — Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, cobulto Vossa Excelência sobre se consente na prorrogação da hora regimento da sessão a fim de que o nobre Senador Lino de Mattos possa, em suas considerações tão oportunas, necessárias e adequadas.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa aguarda o requerimento de Vossa Excelência.

Vem à Mesa é lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 353, DE 1961

Nos termos dos artigos 184, letra b, e 211, letra k, do Regimento Interno, requereio prorrogação da sessão por meia horas.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1961. — Vivaldo Lima.

O SR. PRESIDENTE:

Continua com a palavra o nobre Senador Lino de Mattos. Antes, porém, o 1º Secretário vai proceder a leitura de uma comunicação que acaba de chegar à Mesa.

É lida a seguinte

Excelentíssimo Sr. Dr. Auro de Moura Andrade, Digníssimo Presidente do Senado Federal, Brasília, Cumpre-me comunicar vossência haver sido aprovado sessão plenária de hoje requerimento sentido ser expedida Excelentíssimos Senhores Presidentes da República e Senado Federal e Câmara dos Deputados e Ministros Militares Mensagem substanciada seguintes termos: Decreto "Assembleia Legislativa do Para-

na vg reunida em sessão permanente desde 25 do corrente vg decidiu levar conhecimento vossência sua forma condenação qualquer sonção buscada fora preceitos constitucionais disciplinam matéria pertinente substituição e sucessão chefia Poder Executivo Federal pt reitera por isso este Poder Legislativo sua inabalável disposição de lutar pela investidura do Doutor João Goulart na Presidência da República nos mesmos termos do artigo 79 da Carta Magna pt os representantes do povo paraense coihem para este pronunciamento a solidariedade e os aplausos dos Estudantes vg dos Trabalhadores vg de todas as forças criadores dop progresso desta unidade da federação pt tudo pela democracia vg pelo respeito à lei e pela obediência à Constituição pt povo do Paraná quer ver respeitada sua vontade livremente manifestada nas urnas pt cordiais saudações" Vidal Vannoni Presidente Assembléia Legislativa Estado Paraná.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, sou grato à Casa, pela prorrogação que me foi concedida e ao nobre Senador Vivaldo Lima pela gentileza de tê-la solicitado.

O Sr. Vivaldo Lima — Perdoo-me V. Exa., a iniciativa da prorrogação da sessão por meia hora. Sei que o fôlego e os recursos de V. Exa. lhe permitem manter-se numa tribuna parlamentar por tempo talvez indeterminado. Na Assembléia paulista V. Exa. deixou um nome, uma tradição; no Senado da República, a reputação de V. Exa. está firmada nos anais e ninguém contraria a afirmação. Por esta razão tomei a iniciativa para que dispusesse de mais trinta minutos a fim de nos deleitar com a sua oratória, e nos esclarecer a respeito dos propósitos que levam certos setores da nação a esta conturbação da vida nacional e talvez à alteração da sua própria ordem constituída. Desejava, caro Senador, neste aparte, tornar mais claro o pensamento expresso no aparte anterior. Talvez não tenha sido bem nítido. Nós, que integramos a bancada do Partido Trabalhista Brasileiro desta Casa melhor do que ninguém desejamos na alta magistratura política da nação o Presidente do

nosso Partido o Sr. João Goulart. Por uma questão de escrúpulo político-partidário é que eu, naquela aparte, accentuei a necessidade de que tössem realmente esclarecidos os motivos que possam afetar a segurança nacional, com o retorno do Presidente constitucional do país, à sua Pátria. É uma questão apenas de escrúpulo. Não podemos deixar que paire no ar imputações sem que sejam realmente fundamentadas porque se infundadas, então pior para aqueles que se querem aventurar a alterar a ordem jurídica-constitucional do país. Não se pode apresentar ao Congresso Nacional, através de meras legendas, incriminação de tamanha gravidade. Nós, sobretudo do Partido Trabalhista Brasileiro, sentimos no nosso escrúpulo político partidário, que isto não pode sobrepair no ar, deve ser esclarecido. E a Comissão, constituída ontem à noite numa das mais memoráveis sessões do Parlamento brasileiro, saberá, nesta conjuntura, recolher dos homens que hoje estão com o controle das Forças Armadas do país, os elementos de que realmente precisa para uma definição perante este mesmo Congresso que lhe deu atribuições amplas, até mesmo para propôr uma reforma constitucional da magnitude como a da instituição do regime parlamentarista no Brasil. Quero, apenas, que V. Exa. saiba que nós, do Partido Trabalhista Brasileiro, mais do que ninguém, desejamos que a Constituição seja respeitada e investido na Presidência da República, o Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro e vice-Presidente da República, e Presidente do Senado Federal.

O SR. LINO DE MATTOS — Muito obrigado pela intervenção nobre Senador Vivaldo Lima.

Complementa e melhor esclarece o aparte anterior.

Com os agradecimentos à Casa pela prorrogação concedida, encerro o meu discurso Sr. Presidente, na esperança de que o meu pensamento ficou bem fixado: legalidade, Constituição, conforme a que aí está. Constituição que a nós brasileiros de S. Paulo, conforme registrou o Marechal Caiado de Castro, custou muito sangue de sua mocidade. Fomos companheiros de trincheira. Caiado de Castro, comandante oficial do Exército, eu, Comando

Civil. S. Exa., no front do Norte de São Paulo; eu, no front do Sul. Viu S. Exa. muitos jovens tombarem pela única razão de desejarem a Lei, a Constituição! Jamais desaparecerão da minha memória, da minha consciência os vários episódios, nos quais estive presente como Comandante de Tropa. Seria longo enumerá-los aqui. Mas, nesta hora, em que a nossa Constituição periga e quando me aviva a memória este bravo Marechal do Exército, Senador Caiado de Castro, não posso esconder o que me vem à mente quanto enfrentei, no dia 30 de setembro a última batalha de 1932. A revolução já havia terminado; isolados na fronteira do Paraná com a minha tropa, ainda lutávamos quando, numa refrega, às portas da cidade de Salto Grande — onde depois se construiu a imensa Hidrelétrica do Salto Grande — num contacto com os adversários da ordem constituída, entre jovens estudantes de São Paulo que combunham o brilhante batalhão — Ibrahim Nobre — que S. Exa. tem bem presente em sua memória — caiu varado por um pontaco de baioneta, um quintanista de Direito — José Plaiz, filho de polonêses, arrimo de mãe, pois o pai falecera, vítima de guerra. Este bravo pôde dizer aos seus companheiros, tenente que era, que prosseguissem na luta, porque defendiam a Lei que eles, como estudantes da tradicional e gloriosa Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, estavam estudando.

É esta Lei, é esta Constituição. É esta juventude, é esta tradição de lutas que defendemos. Mas também somos homens de bom senso, homens realistas, dentro do respeito à Lei e à Constituição, devemos enxergar claro e objetivamente o que está aí na nossa Nação!

Desde que fique provado aos olhos e às consciências dos parlamentares que integram o Congresso Nacional que o presidencialismo falhou, ou o presidencialismo levou a Nação ao céu — ...

O Sr. Vivaldo Lima — Que levou Vargas ao suicídio.

O SR. LINO DE MATTOS — ... examinemos, portanto, o parlamentarismo desde que se garanta a posse de João Goulart.

Não afirmo, Sr. Presidente que essa realidade seja a situação caótica, seja

a insegurança! São os militares que, através de uma informação oficial ao Presidente da República, em exercício, me autorizam a dizê-lo — e para isso há uma comissão para apurar. Se for verdade, se for exato o que afirmam, então devemos aceitar essa realidade!

A prevalência deste estado de coisas, a fim de que políticos derrotados se aproveitem para tomar conta do Poder, elegendo outro Presidente da República, não!

Estaremos aqui para lutar, por todos os meios possíveis, e não permitir a aprovação de qualquer reforma constitucional, que envolva o comprometimento do atual Vice-Presidente.

Nestas condições, prefiro que fiquem o Congresso Nacional, que coloquem metralhadoras e tanques às nossas portas.

Este é meu pensamento. Isto é que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, convocando os Senhores Senadores para outra, extraordinária, às 21 horas e 30 minutos de hoje, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 29 de agosto de 1961

Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1955

Discussão única. Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 1955 (nº 4.222, de 1954, na Câmara), que modifica o art. 238 e seus parágrafos (título III, Seção V) e revoga o art. 244 e seus parágrafos, do Decreto-lei nº 5.452, de 1-5-1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), tendo Pareceres. I — Sobre o Projeto: (nº 1.015, de 1955) — da Comissão de Constituição e Justiça, favorável; — da Comissão de Legislação Social 1º (nº 674, de 1956) — favorável; 2º (nº 73, de 1961) — favorável; 3º (nº 472, de 1961) Pareceres anteriores, favoráveis; II — Sobre a emenda de Plenário: (nº 72, de 1961) — da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Legislação Social — 1º (nº 73, de 1961) — pela rejeição; 2º (nº 472, de 1961) — pela rejeição.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos).